

Choque Fiscal

Um dos slogans mais bem sucedidos desta pré campanha é sem dúvida o do “choque fiscal”. A ideia agrada ao contribuinte e a palavra “choque” transmite uma imagem de acção, que contrasta com a postura de dialogo assumida pelo executivo cessante. Além disso, a experiência recente da Irlanda (mas não só) proporciona uma referência apelativa, conferindo alguma credibilidade à iniciativa.

Não há dúvida que os impostos, na medida em que distorcem as escolhas dos agentes económicos, constituem, em geral, fonte de ineficiência. Quando a tributação é demasiado elevada, o lazer torna-se compensador e a actividade económica pode até estagnar. Precisamente, essa era a situação da economia irlandesa em meados dos anos 80. Uma tentativa falhada de impulsionar a economia através do aumento da despesa pública, taxas marginais de tributação demasiado elevadas e um sistema de apoio social que tornava pouco aliciante a participação no mercado de trabalho conduziram a economia irlandesa a uma profunda crise. Em meados dos anos 80, o desemprego atingia 16% da população activa e a taxa de actividade era das mais baixas da Europa. A situação alterou-se radicalmente a partir de 1987, quando o problema das finanças públicas passou a ser atacado com cortes orçamentais. Entre 1986 e 1990 as despesas do Estado baixaram de 55% do PIB para 43% e ao mesmo tempo a carga fiscal começou a baixar, lançando a Irlanda num verdadeiro ciclo virtuoso. A economia tornou-se mais competitiva, atraiu investimento estrangeiro, criou emprego e passou de exportadora a importadora de mão-de-obra. No seu percurso para o pleno emprego, a economia irlandesa registou taxas de crescimento notáveis.

Estando Portugal praticamente em pleno emprego, dificilmente poderia registar uma trajectória de crescimento semelhante à da Irlanda. E certamente não vai atingir em 15 anos o rendimento médio da União Europeia. A não ser que um meteorito atinja o Norte da Europa! Naturalmente, a convergência vai prosseguir, com a produtividade a crescer mais depressa em Portugal do que no conjunto dos países europeus. Mas a produtividade, infelizmente, não salta. Pode evoluir mais depressa ou mais devagar, mas está condicionada por obstáculos estruturais que, pela sua natureza não são fáceis de eliminar. Não nos referimos apenas à qualidade da força de trabalho, que pode levar

décadas a atingir o nível médio da União Europeia. Falamos também da morosidade na aplicação da justiça, da inflexibilidade do mercado de trabalho, da deficiente aplicação da Lei da Concorrência, da burocracia, da corrupção, dos privilégios e do “status quo”. E não é evidente que esses obstáculos possam ser enfrentados em conjuntura de “choque fiscal”.

A existência de um “choque” pressupõe que as taxas de imposto baixem de forma visível. No quadro institucional em que a economia portuguesa se insere isso obriga a uma correspondente redução da despesa pública (felizmente, nessa matéria, a Europa olha por nós). Ora não é nada óbvio que o próximo executivo tenha margem de manobra para se estrear com cortes dramáticos nas despesas. Com uma boa parte da Administração Pública à beira da ruptura financeira devido aos magros orçamentos de 2001 e 2002, o novo primeiro ministro iria cortar o quê? Os salários dos funcionários públicos? Creio que se enveredasse por essa via, rapidamente se enterraria num pântano político.

O problema, infelizmente, é muito mais complexo. Existem elementos de rigidez que tornam morosa qualquer iniciativa credível em matéria orçamental. Ao longo dos últimos anos, o Estado alargou a sua área de intervenção, criando novas necessidades financeiras. Quando a conjuntura virou e as receitas dos impostos começaram a escassear, reprimiram-se os salários e as dotações dos organismos públicos. Mas isso são meras medidas de expediente. As necessidades de financiamento não desapareceram.

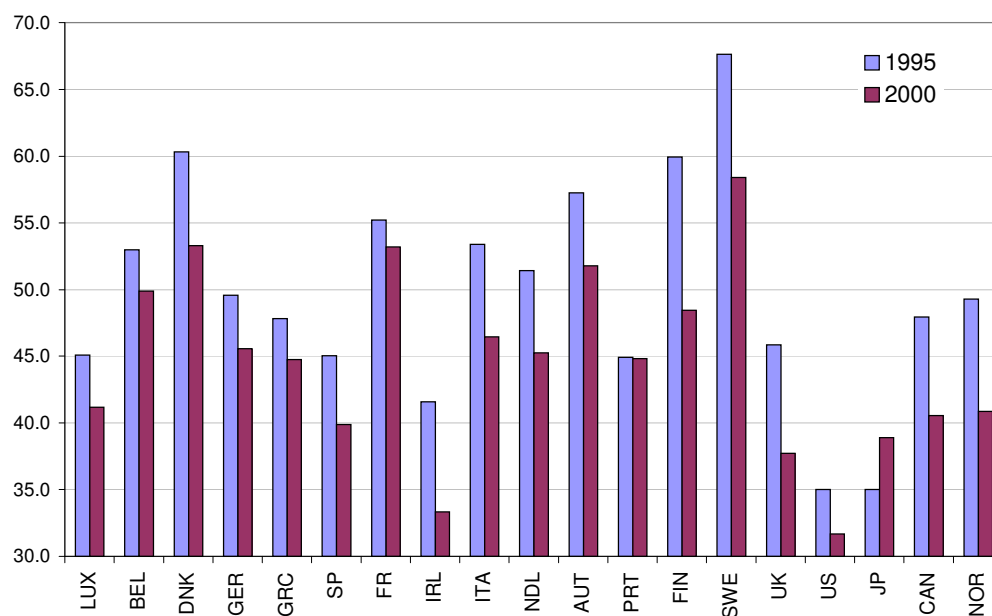
A redução do peso do Estado na economia é desejável. Só assim poderemos acompanhar a tendência de redução da carga fiscal verificada na generalidade dos países da OCDE (ver figura). Mas para prosseguir esse objectivo e ao mesmo tempo dotar o País de instituições competitivas, é necessário redefinir prioridades. É preciso libertar recursos de áreas de intervenção não críticas e explorar parcerias com o sector privado em áreas onde tal se revele mais eficiente.

Uma tal mudança de atitude não pode deixar de constituir factor de clivagem na sociedade portuguesa. O choque com os grupos de pressão, que hoje em dia não têm pejo em falar mais alto do que o poder político, é inevitável. Ora, conhecendo as idiosincrasias do nosso processo político, creio não será arriscar muito se afirmar que

uma contracção brusca das despesas públicas é improvável, senão mesmo impossível. Sendo assim, o mais natural é que o slogan eventualmente mais promissor desta pré-campanha não passe, precisamente disso mesmo: de um slogan.

Miguel Lebre de Freitas
Aveiro, 18-2-02
afreitas@egi.ua.pt

Despesas totais do Estado em percentagem do PIB



Fonte: Comissão Europeia.